

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE BARRETOS****FORO DE BARRETOS****1ª VARA CÍVEL**

Avenida Centenário da Abolição, 1500, ., América - CEP 14783-195,

Fone: (17) 3322-5700, Barretos-SP - E-mail: barretos1cv@tjssp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**DECISÃO**

Processo Digital nº: **1012847-23.2017.8.26.0066**
 Classe - Assunto: **Recuperação Judicial - Concurso de Credores**
 Requerente: **Paulo Fernando Thomazatti de Oliveira Epp**
 Tipo Completo da Parte Passiva Principal << **Nome da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>**
 Informação indisponível >>:
 >>:

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Cláudio Bárbaro Vita**

Vistos.

I -

O pedido de recuperação judicial pressupõe que a parte autora embora enfrente situação momentânea de dificuldade econômica demonstre potencial para continuar desenvolvendo suas atividades empresariais, estando, intrínseco, portanto, a natureza temporária e, em tese, passageira das limitações de natureza financeira, o que não se confunde, evidentemente, com a hipossuficiência econômica ensejadora da concessão dos benefícios da justiça gratuita.

Entretanto, como forma de viabilizar o processamento da ação, sem sobrecarga imediata da capacidade econômica da requerente, defiro o diferimento do recolhimento da taxa judiciária para o final da ação, nos termos do artigo 5º da lei 11.608/03. Anote-se.

A autora sustenta que no ano de 2015 promoveu reestruturação administrativa e investimentos com vistas a participação em licitações públicas o que teria implicado na assunção de empréstimos bancários além de imobilização de capital, circunstância que, aliada à crise financeira que atingiu o país no mesmo período, reduzindo a procura por serviços, teria comprometido a sua situação financeira, gerando dificuldades para que os compromissos assumidos fossem honrados a tempo e modo contratados. A análise perfunctória da documentação juntada com a inicial indica que a requerente atendeu de forma satisfatória os requisitos expressos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE BARRETOS

FORO DE BARRETOS

1ª VARA CÍVEL

Avenida Centenário da Abolição, 1500, ., América - CEP 14783-195,

Fone: (17) 3322-5700, Barretos-SP - E-mail: barretos1cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

nos artigos 48 e 51 da Lei 11.101/2005.

Assim, havendo verossimilhança nas alegações iniciais, defiro o processamento do presente pedido de recuperação judicial apresentado por **PAULO FERNANDO THOMAZATTI DE OLIVEIRA EPP**.

Em consequência, declaro suspensas todas as ações ou execuções contra a empresa recuperanda, pelo prazo improrrogável de 180 dias, contado da publicação desta decisão, ressalvadas as ações em que demandada quantia ilíquida, as de natureza trabalhistas e suas respectivas impugnações, as de natureza fiscal e as relativas a créditos excetuados na forma dos parágrafos 3º e 4º do artigo 49 da Lei 11.101/05.

A empresa recuperanda deverá apresentar, no prazo improrrogável de 60 dias, da publicação desta decisão, o plano de recuperação, sob pena de convalidação deste pedido em falência, devendo ser observado quando da apresentação do plano os requisitos previstos no artigo 53, da Lei 11.101/05.

Para o encargo de administrador judicial nomeio a pessoa de AGUINALDO ALVES BIFFI, que atende a qualificação técnica exigida pelo artigo 21, da Lei 11.101/2005, com formação profissional na área de contabilidade e de administração de empresa.

Intime-se pessoalmente o administrador nomeado para manifestar aceitação do encargo no prazo de 48 horas.

No mesmo prazo e manifestada aceitação do encargo deverá o administrador apresentar a estimativa de seus honorários e respectiva forma de pagamento, bem como assinar o termo de compromisso, assumindo fielmente as atribuições que lhe são atribuída na Lei 11.101/05.

Deverá o administrador judicial: a) enviar correspondência aos credores constantes da relação nominal apresentada pela empresa recuperanda, comunicando-os da data do pedido de recuperação judicial, a natureza, o valor e a classificação dada a seus respectivos créditos (artigo 22, inciso I, a, da Lei 11.105/11); b) no prazo previsto no parágrafo segundo, do artigo 7º, da lei 11.101/05, publicar edital com a relação de credores e a indicação de local, horário e prazo comum para que as pessoas previstas no caput do artigo 8º, da Lei 11.101/05, possam ter acesso à documentação que fundamentou a relação de credores.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE BARRETOS

FORO DE BARRETOS

1ª VARA CÍVEL

Avenida Centenário da Abolição, 1500, ., América - CEP 14783-195,

Fone: (17) 3322-5700, Barretos-SP - E-mail: barretos1cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A empresa recuperanda fica dispensada da apresentação de certidões negativas para que exerça sua atividade, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, devendo acrescer em seu nome empresarial a expressão "em recuperação judicial" em todos os seus atos, contratos e documentos firmados a partir desta decisão (artigo 69, caput, da Lei 11.101/05).

Enquanto perdurar o processamento da presente recuperação judicial, a empresa recuperanda deverá apresentar contas demonstrativas mensais, sob pena de destituição de seus administradores.

Intimem-se, pessoalmente, o Ministério Público do deferimento do presente pedido de recuperação judicial, comunicando-se por cartas às Fazendas Públicas Federal e dos Estados e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento.

Comunique-se o Registro Público de Empresas deste Estado, para que anote em seu respectivo registro o deferimento da presente recuperação judicial (parágrafo único, artigo 69, da Lei 11.101/05).

Expeça-se edital, para publicação no órgão oficial, o qual deverá conter: a) o resumo do pedido do devedor, da presente decisão e a relação nominal de credores, com o valor e classificação de cada crédito; b) a intimação dos credores para, no prazo de 15 dias, apresentarem ao administrador judicial suas habilitações ou impugnações quanto aos créditos relacionados; bem como para apresentarem, no prazo de 30 dias, contados da apresentação do plano de recuperação judicial, qualquer objeção a ao plano apresentado; c) a advertência de que os credores, a qualquer tempo, poderão requerer a convocação de assembléia geral para a constituição do Comitê de Credores.

Intime-se e cumpra-se.

Barretos, 03 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**